

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias¹

*“We don’t work by number of hours, we work by tasks”:
conducting an academic career in a world of
certifications and assurances*

GABRIELA DE LIMA CUERVO

RESUMO

Neste artigo, analiso como o movimento normatizador da avaliação da produção científica empreendido pelo Estado brasileiro, nas últimas décadas, reflete novas configurações do capitalismo e suas formas de gerenciamento do trabalho. Através da expansão de agentes mensuradores e padronizadores da produção científica, avaliações de desempenho com o signo de “gestão eficiente” foram sendo adotadas e ressignificadas localmente, refletindo-se em novas

¹A pesquisa que deu origem ao presente texto foi realizada entre 2016 e 2018, tendo como foco de análise um estrato específico de pesquisadores inseridos no circuito das bolsas premiadoras de produtividade, a saber, uma rede de pesquisadores fluminenses atuantes em coordenações de área de agências de fomento como a Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O material de pesquisa é constituído fundamentalmente pela articulação da análise de discursos proferidos em situação de entrevista em profundidade, com um exame cuidadoso de critérios e recomendações avaliativas documentadas e publicadas na internet pelas agências de fomento, como os critérios por área de avaliação da Bolsa Produtividade do CNPq, os documentos de área da Capes e o edital Cientista do Nosso Estado, da Faperj. Destino meus sinceros agradecimentos às pesquisadoras e pesquisadores que reservaram um tempo de suas ocupadas agendas para compartilhar gentilmente suas histórias, experiências, visões de mundo e angústias. Todos os nomes dos entrevistados são fictícios, para preservar seu anonimato.

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

maneiras de construção e avaliação de carreiras científicas. Essas reflexões foram suscitadas a partir de pesquisa etnográfica desenvolvida para minha tese de doutoramento, na qual tomo bolsas "premiadoras da produtividade" como lugar privilegiado para examinar gramáticas de valor mobilizadas por pesquisadores fluminenses contemplados com esses financiamentos para definir como os pares devem construir suas carreiras e como devem ser avaliados. Ao pensar o Estado enquanto distribuidor de recursos e reputação, analiso de que modos dispositivos avaliativos, reguladores de práticas e éticas profissionais, são apropriados e (re)significados por esses atores enquanto avaliadores e avaliados.

Palavras-chave: Carreira acadêmica; Avaliação; Moralidades.

ABSTRACT

In this article, I analyze how the movement for normalizing the evaluation of scientific production undertaken by the Brazilian State, in the last decades, reflects new configurations of capitalism and its forms of labor management. Through the expansion of agents for measuring and standardizing scientific production, performance evaluations with the sign of "efficient management" were adopted and re-signified locally, reflecting in new ways of building and evaluating scientific careers. These reflections emerged from an ethnographic research developed for my doctoral thesis, in which I take "productivity awarding" scholarships as a privileged place to examine the grammars of value that are mobilized by researchers from the Rio de Janeiro who were granted these funds on how peers should build their careers and be evaluated. By thinking the State as distributor of resources and reputation, I analyze in which ways the evaluative devices that regulate professional practices and ethics are appropriated and (re)signified by these actors in their roles as evaluators and evaluated.

Keywords: Academic career; Evaluation; Moralities.

INTRODUÇÃO

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado.
Deleuze (1990)

A introdução de novas tecnologias de governo nos sistemas de medição da eficácia dos serviços públicos na Europa, mais notadamente na Inglaterra, tornou-se alvo de análises críticas de cientistas sociais (STRATHERN, 2000; SHORE; WRIGHT, 2000) na última década do século XX. Essas novas práticas de gestão de recursos, chamadas de auditoria (STRATHERN, 2000; POWER, 1997), são oriundas de protocolos de *accountability* financeira adotados no âmbito de empresas privadas que, ao longo da década de 1980, foram sendo estendidas a instituições públicas e paulatinamente absorvidas pelas instituições de educação superior. Na medida em que as universidades, centros de pesquisa e órgãos financiadores da pesquisa científica passam a ser gerenciados de acordo com

concepções de metas, objetivos e procedimentos, novos dispositivos de escrutínio, controle e monitoramento vão sendo disseminados para avaliar a qualidade dos serviços dessas instituições, cuja principal *grandeza*² (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; 2020) a ser mensurável passou a ser a eficiência na gestão de recursos e do tempo de trabalho dos professores e pesquisadores.

Um aspecto central deste modelo de governança, fundamentado em uma *gramáticaindustrial* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; 2020) na qual prevalece um mundo de ferramentas de aferição de desempenhos e prestação de contas, é o deslocamento da coerção externa dos dispositivos organizacionais para a interioridade das pessoas.

Where audit is applied to public institutions — medical, legal, educational — the state's overt concern may be less to impose day-to-day direction than to ensure that internal controls, in the form of monitoring techniques, are in place. That may require the setting up of mechanisms where none existed before, but the accompanying rhetoric is likely to be that of helping (monitoring) people help (monitor) themselves, including helping people get used to this new “culture”. (STRATHERN, 2000, p. 3)³

Essas novas modalidades de controle das últimas décadas, que estão intimamente relacionadas às transformações do capitalismo e suas formas de gerenciamento do trabalho, foram exploradas por Boltanski e Chiapello (2009) ao se debruçarem sobre o forte tom moral e normativo de uma literatura empresarial dos anos 1990, cuja preocupação central era o desenvolvimento de mecanismos de engajamento ativo dos trabalhadores com suas metas de produtos. De acordo com os autores, “o espírito do capitalismo tem a capacidade de permear o conjunto das representações mentais de determinada época, de infiltrar-se em discursos, de fornecer representações legítimas e esquemas de pensamento, de modo que sua presença é difusa e geral” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 75-76). Nesse sentido, essas mudanças envolvem uma remodelagem da condição de trabalho das pessoas, que se opera numa mudança de mentalidade através da disseminação de dispositivos de controle pelos quais elas passam a regular ativamente suas próprias condutas. Peter Pels

²No decorrer do texto, as categorias analíticas estarão em itálico e as categorias nativas entre aspas.

³ Quando a auditoria é aplicada a instituições públicas — médicas, legais, educacionais — a preocupação maior do Estado pode ser menos a de impor a direção dia a dia e mais assegurar que os controles internos, na forma de técnicas de monitoramento, estejam colocados. Isso pode requerer a montagem de mecanismos onde não existia antes, mas a retórica que acompanha provavelmente é aquela de ajudar (monitorando) as pessoas a ajudarem (a monitorar) a elas mesmas, incluindo ajudar as pessoas a se acostumarem com essa nova “cultura” (STRATHERN, 2000, p. 3, tradução livre).

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

(2000, p. 94), citando Power (1999) e tomando como referência reflexões de Foucault sobre *tecnologias de subjetivação e governamentalidade* (2012), afirma que a “cultura da auditoria constrói ativamente os ambientes em que opera”, tornando os indivíduos “mais ‘auditáveis’”.

A reflexão proposta neste artigo põe em evidência reverberações de mudanças no capitalismo nas instituições públicas e seus modelos de gestão de recursos — e como universidades e agências de fomento à pesquisa absorveram essas formas de governança, reorganizando o trabalho científico e acadêmico sob um novo pano de fundo cultural. O Estado brasileiro, nas últimas décadas, importou e ressignificou essas matrizes inscritas com o signo da “gestão eficiente” e reformulou os sistemas avaliativos da produção científica — através do remodelamento da avaliação da pós-graduação —, que se refletiu em novas formas de construir e gerenciar carreiras (CUERVO, 2019; FALCÃO; MOTA; CUERVO, 2021). Aqui, apresento pesquisadores e suas adequações, composições e apropriações das esferas avaliativas da produção científica brasileira, tentando apreender as gramáticas morais nas quais se apoiam para classificar, julgar e comparar as condutas profissionais dos colegas e as próprias — e como direcionam suas carreiras a partir das diversas provas de competências que estão encapsuladas nos critérios de avaliação das universidades, instituições de fomento à pesquisa e rankings classificatórios internacionais.

De acordo com Boltanski e Thévenot (1999, p. 14), “as pessoas, para enfrentar a incerteza, dispõem das coisas, dos objetos, dos dispositivos usados como *referentes estáveis*, nos quais testes de realidade ou prova podem ser baseados”. Assim, destaco a centralidade de agentes como o Estado na produção de moralidades, subjetividades e códigos de conduta que modulam concepções sobre um “ser cientista” e um “fazer ciência”, mas tomando-o como um “feixe de relações de poder” (CASTILHO; SOUZA LIMA; TEIXEIRA, 2014, p. 13-14) no qual atuam pesquisadores em posições variadas no âmbito da produção científica. E, admitindo-se o peso de uma “estatalidade” que conforma (e, em menor medida, é conformada pelos próprios cientistas, a depender de sua posição nessa rede de pares avaliadores/avaliados) na regulação das condutas envolvendo a carreira do pesquisador, direciono o foco para os modos como esses atores, investidos de uma *capacidade crítica* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999), significam esses dispositivos reguladores de suas práticas se apropriam deles, refletindo-se nas suas formas de pesquisar, publicar, avaliar etc.

CONTEXTUALIZANDO A CONFORMAÇÃO DE PARADIGMAS MENSURADORES DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL E A PRESCRIÇÃO DE UM MODELO DE CARREIRA DE PESQUISADOR

Desde meados do século XX, a pesquisa científica brasileira vem sendo cada vez mais atrelada ao sistema de ensino universitário, e inserir-se nela hoje tem como principal condição o credenciamento em um programa de pós-graduação. Pensar no estabelecimento de uma atividade de pesquisa permanente no Brasil supõe entender o processo de desenvolvimento de uma relação mais sistemática entre ciência, universidade e Estado e, também, o protagonismo de agências como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ambas fundadas em 1951.

Desde a década de 1970 há um movimento crescente de expansão do ensino universitário e dos programas de pós-graduação, atingindo seu auge ao longo dos anos 2000, impulsionado em especial pelos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantados durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Junto com este movimento, foram sendo formulados e conformados critérios institucionalizados de avaliação da pesquisa científica, firmando-se a centralidade da Capes na conformação de uma política de pós-graduação nacional, que envolvia o esforço de associação da pesquisa como atividade indissociável da pós-graduação (MARTINS, 2003) e de consolidação e aprimoramento da avaliação da produção científica docente e discente desses programas. Como fruto dessa expansão e do acesso ao ensino universitário, aumentou o número de mestres e doutores no país e, com isso, a concorrência para o ingresso na carreira docente e científica das universidades e centros de pesquisa do país.

O ingresso em uma carreira científica é condicionado, então, a um duplo filtro: a inserção como docente em uma universidade ou centro de pesquisa através de concurso público (cuja exigência mínima é o título de doutor e, com algumas exceções, o de mestre) e a atuação como professor, pesquisador e orientador em um programa de pós-graduação, cujos critérios de credenciamento — ressalvadas as diferenças entre as áreas de conhecimento e as tradições de pesquisa dos programas — obedecem a balizas avaliativas estabelecidas pela Capes. O pesquisador entra em contato, desde estudante, com diversos sistemas de produção de distinção que envolvem medições de desempenho ao concorrer a bolsas, premiações, financiamentos, cargos e títulos e, sobretudo, com um conjunto de

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

valores que informam múltiplas expressões de “dever ser” e as “competências” para obter sucesso nessas seleções e se manterem no “jogo”.

A centralidade da Capes na definição dos critérios de mensuração da produtividade dos pesquisadores, portanto, incide em todos os processos seletivos — desde concursos públicos para docência universitária e credenciamentos em programas de pós-graduação, até nos modos de ranqueamento dos concorrentes às Bolsas de Produtividade —, destacando-se o uso do Qualis Periódicos⁴ na qualificação e classificação da produção bibliográfica dos candidatos pelos avaliadores. Além disso, esses critérios institucionais de avaliação da ciência brasileira são atravessados por balizas internacionais, estando em jogo o poder de grandes editoras científicas e bases indexadoras na definição do que é trabalho de impacto e relevante e como elas interferem nas diretrizes avaliativas do Qualis.

A fim de compreender as dinâmicas simbólicas de reconhecimento entre pares no contexto de produção e avaliação da pesquisa científica brasileira, tomei como objeto de análise uma rede de pesquisadores fluminenses que atuam em instâncias avaliativas e deliberativas de agências de fomento como o CNPq, a Capes e a Faperj. Privilegiei como *locus* analítico os processos de conformação e execução de editais que premiam pesquisadores considerados de “excelência” e de “impacto”, como o Cientista do Nosso Estado (CNE), da Faperj, que destina financiamento sob forma de taxa de bancada a pesquisadores com destacada produção científica e “reconhecida liderança” em sua área de pesquisa.

Aqui, tomo a fundação de amparo à pesquisa fluminense, assim como o CNPq e a Capes, enquanto agentes estatais classificadores e *consagradores* (BOURDIEU, 2008) do desempenho de cientistas e os programas escolhidos para análise enquanto “concentradores” de pesquisadores avaliados pelos seus pares como “notáveis” e que, de certa maneira, cristalizam, sob a forma de edital, determinadas “competências” esperadas desses atores no exercício de sua profissão. Mais do que ser um Cientista do Nosso Estado ou um Bolsista de Produtividade (edital voltado para pesquisadores com “destacada produção científica” do CNPq, cujos critérios são utilizados na avaliação do CNE), os dados desta pesquisa indicam que participar ativamente dessas agências e dos seus processos avaliativos é um indicativo de reconhecimento entre os pares, e que a condução “competente” de suas carreiras lhes conferiu *autoridade científica* (BOURDIEU, 1976) para

⁴ Ferramenta de avaliação e classificação de periódicos utilizada nas avaliações quadrienais das pós-graduações pela Capes, cujos critérios são definidos e periodicamente reformulados pelas coordenações de área de pesquisa da instituição.

avaliar os colegas e interferir nos critérios de definição do que é “boa ciência” e “bom cientista”.

O LUGAR DA PESQUISA NA CARREIRA UNIVERSITÁRIA E A MORALIDADE “EMPREENDEDORA”

“Certamente, o ponto de distinção efetivo da carreira de pesquisador no Brasil é estar numa universidade pública, pra início de conversa. Depois, numa universidade federal, que dá uma certa distinção, a começar pelo salário.” (BRUNO, 2017)

“Depois que você vira professor, seu trabalho não é só ter boas ideias, você tem que arrumar dinheiro para financiar suas melhores ideias.” (OTÁVIO, 2017)

O que aparenta ser um consenso dentro e fora da academia é o prestígio social da docência universitária — sendo esses profissionais classificados, com frequência, como “elite intelectual ou científica” —, em especial quando tratamos do estrato específico que compõe este material de pesquisa, a saber, docentes-pesquisadores de universidades públicas e centros de pesquisa de uma metrópole como o Rio de Janeiro. A inserção na docência de uma universidade pública, nesse sentido, seria um primeiro grande “filtro” da carreira de um pesquisador, que supõe dominar expertises e “códigos” que comporiam um *ethos* acadêmico-científico desde a pós-graduação. Tal inserção, também, supõe a cobrança de uma série de atribuições que, inclusive, são pontuadas nas progressões de carreira do magistério superior, como ensino, extensão, pesquisa, gestão acadêmica e científica (chefia de departamentos e institutos, coordenação de pós-graduação etc.), orientações, participação em bancas de avaliação de concurso docente e discente, participação em bancas de defesas de monografias, dissertações e teses etc.

O material de pesquisa, no entanto, aponta para um segundo filtro distintivo entre docentes na universidade: a regularidade da atividade de pesquisa, que supõe um trabalho contínuo de captação de recursos para tal, sendo marcada (dependendo do contexto) pela inserção em um programa de pós-graduação e podendo ser reforçada com a concessão de bolsas que “premiam” a produtividade. Sendo a avaliação e a correspondente distribuição de recursos e bolsas para os programas de pós-graduação atribuições exclusivas da Capes — que pontua, especialmente, a produção docente (publicações, orientações, organizações de eventos, participação em comitês editoriais e de agências de fomento, cooperações internacionais, entre outras atividades) e discente —, cada programa estabelece seus

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

critérios de credenciamento de docentes tomando como referência os critérios gerais e por área da agência. Assim, o credenciamento em uma pós-graduação, em especial se esta é bem avaliada pela Capes, seria de certo modo uma prova de que o pesquisador mantém uma atividade regular de pesquisa e, sobretudo, é uma condição para a obtenção de uma Bolsa Produtividade ou Cientista do Nosso Estado.

A maioria dos professores das universidades públicas do Rio de Janeiro, atualmente, são doutores, o que significa dizer que são profissionais que realizam ou ao menos têm experiência com pesquisa. No entanto, o estabelecimento de uma atividade regular de pesquisa é uma tarefa árdua e esbarrana incompatibilidade entre a quantidade de recursos destinada ao sistema de financiamento público à pesquisa e o número ampliado de universidades, programas de pós-graduação e doutores⁵. Esta não expansão dos financiamentos, diante da formação em número recorde de novos doutores e potenciais pesquisadores nos últimos anos é, inclusive, mencionada por pesquisadores seniores que atuam em comitês assessores do CNPq. Tais pesquisadores apontam, por exemplo, para o fato do sistema de Bolsas Produtividade da agência não ter capacidade de contemplar todos os pesquisadores que julgam ter “competência” e produção suficientes para recebê-la e, por conta disso, critérios de “ranqueamento” e exclusão foram sendo criados e aperfeiçoados ao longo das duas últimas décadas.

Eu tinha bolsa de produtividade antes de ser doutor. Eu, como mestre, já ganhei uma bolsa de produtividade do CNPq, que eles chamavam de Pesquisador III. Porque tinha muito pouco doutor, então eles não podiam financiar só doutor, porque senão não iam financiar ninguém. Então financiava os mestres também. Mas essa bolsa de produtividade existe há muito tempo e ela era destinada a separar na universidade aqueles que faziam pesquisa daqueles que não faziam. Então, era uma bolsa que tinha sentido. Quem tinha bolsa do CNPq era porque fazia pesquisa, quem não tinha, era porque só dava aula. (...) Hoje em dia não, porque hoje em dia todo mundo é doutor, muita gente faz pesquisa, não é todo mundo, mas muita gente faz pesquisa e a bolsa do CNPq não se expandiu a ponto de contemplar todos esses novos pesquisadores. Então,

⁵ É importante ressaltar a situação de grave precariedade pela qual o CNPq atravessa no ano de 2021, ao operar com apenas R\$ 1,2 bilhão de reais — o menor orçamento do século, segundo matéria do jornal O Globo. A redução histórica e dramática acontece em meio ao segundo ano da pandemia de Covid-19, comprometendo o desenvolvimento de pesquisas para o monitoramento e produção de vacinas para a doença. Ainda de acordo com a matéria, a quantidade de alunos na pós-graduação duplicou em 20 anos, passando de 162 mil para 320 mil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cnpq-tem-menor-orcamento-do-seculo-21-corta-bolsas-afeta-pesquisas-em-meio-pandemia-25038771> Acesso em: 31/05/2021.

a universidade se expandiu, com o Reuni então, virou outra coisa e óbvio que o CNPq não se expandiu. (RENATO, 2017)

Segundo o Relatório Mestres e Doutores 2015, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2016), entre 1996 e 2014 houve um aumento de 379% na formação de mestres e 486% de doutores no Brasil. No Rio de Janeiro, nesse mesmo período, o aumento do número de doutores foi de 365,7%. Ainda segundo esse relatório, o número de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) triplicou no país no período. Com a expansão universitária impulsionada pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), portanto, houve aumento expressivo de doutores formados, sendo boa parte desse contingente absorvida pelo sistema de ensino superior público. Os dados mencionados apontam para uma renovação do corpo docente das universidades ocorrida em 20 anos, que incorporou doutores e, portanto, potenciais pesquisadores. No entanto, como apontado anteriormente, os programas de pós-graduação e o sistema de financiamento à pesquisa (por meio da concessão de bolsas e auxílios à pesquisa) não foram capazes de absorver esses novos doutores.

De acordo com depoimentos de interlocutores acerca de seus modos de inserção na academia, o estabelecimento de uma atividade regular de pesquisa ainda jovem (ou recém-ingressado na universidade como docente) é primordial para lograr reconhecimento entre os pares enquanto pesquisador e, portanto, conseguir manter financiamentos com regularidade ao longo da carreira. Mas algumas falas indicam que a tarefa não é simples, pois há algumas renúncias e o domínio de competências cujo aprendizado depende de uma série de socializações acadêmicas e esforços pessoais. Alguns pesquisadores apontam para uma dificuldade em conciliar as múltiplas atribuições exigidas dos professores universitários, relatando que em seus locais de trabalho, na prática, aconteça certa “divisão de tarefas” que por vezes julgam necessária:

Quando você vira professor, você tem três carreiras: você é um docente, você é um cientista e você é um administrador. Sabe pato que corre, nada e voa e faz os três mal? Universidade hoje em dia a gente tem um problema que os caras querem que você faça tudo. Querem que você seja um superadministrador, um supercientista, um superprofessor, um supergestor que abre empresa, que seja *pop star*; ninguém vai conseguir fazer isso. Não tem como você juntar todas essas qualidades em uma única pessoa. Quem tudo quer nada tem. Então a universidade tem esse

ponto errado, na minha opinião. A universidade como um todo tem que ter isso. Não necessariamente as facetas que a universidade tem têm que estar em todos os seus agentes. (OTÁVIO, 2017)

A gente não consegue, nessa vida que a gente leva, fazer o tripé da universidade, que é pesquisa, extensão e ensino. É muito difícil, a gente não tem fôlego pra isso. Então a universidade tem, sim, professores que fazem pesquisa, professores que só dão aula na graduação e só extensão. E cada um ocupa seus espaços. E se você mexer muito nessa maquinaria, você vai começar a criar demanda pra professores que, de repente, não querem fazer extensão, mas se veem obrigados a cumprir uma carga horária que o departamento exige, entendeu? Se esse professor gosta da extensão, vai lá, mete bronca, faz só isso, não tem problema! A pós-graduação e a graduação têm o mesmo peso, têm que ser tratados da mesma forma! Porque são modos diferentes de estar na universidade. Tem que tentar manter a harmonia, porque senão a gente não dá conta. (INÁCIO, 2017)

As pesquisadoras Silvia e Fátima, no entanto, argumentam que essa “divisão” é representativa de uma hierarquização operada no espaço universitário. Apontam para a existência de uma maior valorização da pesquisa entre os colegas na universidade em detrimento de outras atividades consideradas por elas como tendo o mesmo nível de importância, como o ensino e a extensão. Segundo as interlocutoras, a cobrança que se cria no espaço universitário em torno da obtenção de prestígio entre os colegas, do ponto de vista de a pesquisa ser tratada como a atividade mais valorizada e reconhecida, explica o desejo de inserção na pesquisa científica por parte de docentes que elas julgam não serem “bons pesquisadores”. Em consequência disso, outras atividades, como o ensino e a extensão, são deixadas em segundo plano:

Têm pessoas que são excelentes docentes, mas não são bons pesquisadores, não sabem escrever direito. Têm pessoas que são brilhantes pesquisadores, mas bota numa sala de aula com aluno, ninguém entende nada e eles nem se tocam que os alunos não estão entendendo. Têm professores que fazem trabalhos belíssimos de extensão. O que acontece é que a única coisa que é valorizada na universidade é a pesquisa. Tem aquele valor cultural, representação social do pesquisador, do professor pesquisador. Então, o que acontece? Todo mundo vem pra pós. E quem está na pós corre com seus mestrados pra defender logo, pra você pegar um doutorando. Estou sendo um pouco generalista, mas é mais ou menos essa a mentalidade que está acontecendo. Então, eu acho que, com isso, professores que poderiam fazer práticas de ensino diferenciadas acabam não fazendo porque não é valorizada. (SILVIA, 2017)

O cara que faz pesquisa e que capta (recurso) acaba sendo cobrado pra dar a mesma coisa em tempos de carga horária de sala de aula. O cara que faz extensão e tem um enorme projeto de extensão é cobrado por projeto de pesquisa e transforma aquele projeto de extensão, que seria um excelente projeto de extensão, numa porcaria de projeto de pesquisa. Às vezes acontece esse tipo de coisa. A demanda “é o pesquisador é mais valorizado, então vamos transformar tudo isso em projeto de pesquisa”. Dá uma cara de pesquisa pro projeto, faz um projeto de pesquisa ruim, do ponto de vista do diálogo com a área, faz um projeto de extensão que tem menos impacto porque está perdendo tempo se academicizando, e a mesma coisa acontece com relação ao ensino. O colega que às vezes seria um excelente professor, mas não pretende ter uma carreira de pesquisador, tem que inventar uma carreira de pesquisador pra conseguir existir dentro da universidade. Não é o que ele queria fazer, não é a praia dele, mas inventa projeto de pesquisa pra existir na universidade. (FÁTIMA, 2017)

Outros discursos reforçam a visão da dificuldade entre os docentes-pesquisadores em desempenhar de modo que consideram satisfatório todas as atribuições cobradas no âmbito do magistério superior. As falas seguintes indicam que, no geral, a carreira universitária exige do docente o exercício constante de disciplina com a gestão do próprio tempo e de seu currículo, no sentido de uma responsabilização que é consideravelmente ampliada caso esteja inserido em uma atividade regular de pesquisa. A capacidade de captar recursos com frequência para suas pesquisas, que seria o maior aspecto distintivo dentro da carreira universitária de acordo com as falas anteriores, supõe uma série de atributos como “iniciativa”, “empreendedorismo” e determinadas renúncias que, segundo alguns pesquisadores entrevistados, nem todos estão dispostos ou foram socializados a desenvolver.

O pesquisador acaba tendo que virar, em algum grau, *empreendedor* pra tentar se manter. E aí você vai ver todo tipo de empreendimento pra isso. Um *empreendimento* clássico é esse, você estar buscando editais, você fica escravo da busca de editais. Dependendo do período do ano, mais de 50% do teu tempo é dedicado a escrever projetos ou *prestar contas*, então você acaba tendo que arcar com esse *compromisso*. (DIEGO, 2017, grifos meus)

De certa forma eu sempre fui uma *CDF*. De certa forma, assim, de *compromisso, tem que fazer, tem que fazer*. Eu acho que a pesquisa exige muito... Eu brinco um pouco assim “tem que gostar muito, porque é muito chato”, entendeu? *Você está sempre devendo alguma coisa*. (NÁDIA, 2017, grifos meus)

Nós somos uma carreira que trabalha pra caralho, a gente trabalha muito, então é mais ou menos difundido, essa produtividade é mais ou menos difusa. (...) Tem muitos orientandos, muitos cursos, muitas obrigações externas, tem muita disciplina, cargo de coordenação, trabalha-se muito. Se eu não estivesse dando essa entrevista pra você, eu estaria corrigindo prova. Se eu não estivesse corrigindo prova, estaria traduzindo um livro. Se não estivesse traduzindo um livro, estaria dando um parecer. Então, estaria fazendo alguma coisa. *A gente não trabalha por número de horas, a gente trabalha por tarefas*, e são cada vez mais tarefas que aparecem. Então, tem cada vez mais trabalho pra fazer. E é um pessoal que, de alguma maneira, tem muito *senso de dever*. (BRUNO, 2017, grifos meus)

Destaquei em itálico algumas palavras e expressões contidas nas falas acima que acredito serem representativas da ideia de um “*ethos* acadêmico” mobilizado pelos interlocutores, calcado na dimensão de uma super-responsabilização e na internalização de um “senso de dever”. Ambas estão associadas ao exercício de uma disciplinação na gestão de suas atividades e do tempo para realizá-las. Captar e manter recursos para pesquisa e, sobretudo, uma bolsa premiadora de produtividade, por exemplo, supõe um “compromisso” constante do pesquisador de “prestação de contas”, no sentido de “provar” às agências financiadoras (ou aos pares) que “merece” investimento público para suas pesquisas. Sendo o próprio Currículo Lattes⁶ um dispositivo utilizado pelos membros avaliadores dessas agências para “provar” o uso parcimonioso do dinheiro público através da quantidade de produtos científicos gerados, a vigilância do pesquisador com relação ao seu currículo e à gestão e atualização de suas métricas avaliativas se torna um imperativo. Associada à cobrança por um trabalho constante de geração de produtos, há a exigência por formulação de problemas e execução de pesquisas científicas consideradas pelos pares como “relevantes”, exigindo que o pesquisador esteja atento aos debates dentro de sua área e à rede de colegas que atuam como avaliadores.⁷

⁶ A Plataforma Lattes, vinculada ao CNPq, foi criada em 1999, sendo o mais importante banco de currículos de pesquisadores do país, reunindo informações de todos os núcleos e instituições de pesquisa em atividade. Considero digna de nota a indisponibilidade, durante a fase final da escrita deste artigo, dos sistemas do CNPq (que concentram as Plataformas Lattes e Carlos Chagas). Diante de rumores acerca da ausência de *backup* dos dados armazenados nas plataformas, o órgão emitiu nota através de suas redes sociais desmentindo a suposta perda de dados e suspendendo prazos de ações relacionadas aos fomentos da agência (UOL, 2021).

⁷ Outro aspecto analisado mais detalhadamente no âmbito desta pesquisa, a partir da interlocução com pesquisadores atuantes em comitês avaliadores de agências financiadoras, são os múltiplos registros morais circundantes na esfera da produção e avaliação científica que informam a “relevância” (ou não) de uma pesquisa, de que forma isso é avaliado e como essa apreciação pode variar entre áreas do conhecimento — ou mesmo não ser consenso em uma mesma área. Ver Cuervo (2019).

A regularidade na realização de pesquisas e geração de produtos científicos, do ponto de vista de grande parte dos pesquisadores entrevistados, é um ponto de distinção entre os docentes das universidades públicas. Considerada um parâmetro mínimo na demarcação de uma identidade de professor-pesquisador, portanto, a regularidade da produtividade é um elemento que normaliza e induz a um modelo de carreira científica, ao mesmo tempo em que distingue docentes no espaço da universidade. Os trechos abaixo foram retirados de depoimentos de pesquisadores atuantes em comitês de assessoramento do CNPq, no âmbito da avaliação das candidaturas à Bolsa Produtividade da agência:

Muitas vezes eu olho o seguinte: *quem sempre fez, sempre fará*. Aí, às vezes você vê as intermitências, se o cara é muito *inconstante*. Às vezes o cara é inconstante, mas fez um trabalho excepcional, mas é muito mais *seguro* pra agência... se eu tenho dois projetos iguaizinhos em originalidade e qualidade, mas aí tem o cara que você vê que sempre publicou em boas revistas e tem um *histórico*, sabe? O cara sempre fez, desde que ele era aluno de iniciação científica, publicou, tem uma *trajetória*, que aí demonstra *confiabilidade*. O outro é mais *errático*. Porque tem mais chance de você dar recurso pra esse cara e ele continuar fazendo o que ele sempre fez a vida inteira com dinheiro público. Tem mais chance daquele *dinheiro público ser bem usado* na mão do cara que tem mais *constância*. (OTÁVIO, 2017, grifos meus).

Você não pode despejar esse dinheiro num pesquisador que não vai publicar. Não serviu pra nada, não houve produção científica. Quem te mostra isso é o histórico do pesquisador. Aí você tem que ter a noção do currículo. Com as coisas que ele fez e com as taxas de publicação dele, com os projetos que ele apresenta no currículo... e você vê, em outras palavras, quando você olha o número de projetos que o pesquisador fez e o conjunto de publicações e você vê uma alta associação entre o dinheiro que ele recebeu e a quantidade de produtos que ele gerou, isso traz pra você uma segurança de que você pode ter um pesquisador que, pra publicar um artigo, ele precisou de 25 mil reais. Enquanto outro, em média, basta 3.500 reais, mas ele publica também, com o mesmo nível, tão impactante e tão importante. Então, isso você consegue perceber olhando os projetos e os produtos que acabam saindo daquele projeto. *Quem não publica não merece receber dinheiro*. (EDUARDO, 2017, grifos meus)

O critério de produção contínua e regular, cristalizado nos editais e manifestado pela maioria dos pesquisadores atuantes em comitês avaliativos de agências financiadoras, expressa um quadro moral fundamentado na ideia de responsabilização e eficiência de gastos, onde entram em jogo mensurações de produtividade e medidas de desempenho. A

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

esse repertório se associam expressões como “senso de dever”, “responsabilidade”, “confiança”, “prestar contas”, “constância”, “regularidade” e “compromisso”, no que diz respeito aos prazos estabelecidos pelas agências de financiamento e à sua rede de pares avaliadores envolvidos. Esses termos, enquanto qualidades mínimas esperadas de um pesquisador, expressam a articulação entre uma moralidade *industrial* e outra *cívica* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, 2020), no sentido de que a apresentação de resultados através de produtos científicos condizentes com o financiamento concedido ao pesquisador é enxergado como “gasto eficiente” de um recurso público que, por sua vez, é pensado como um “bem comum” — além de ser a ciência, ela própria, também pensada como um “bem comum”. O “prestar contas”, desse modo, expressa uma postura de compromisso que tem como referência uma rede de pares, nos âmbitos dos departamentos de suas universidades e das agências financiadoras estaduais e federais, que supõe *colocar à prova* a importância de seus produtos científicos através de um trabalho constante de vigilância de sua produtividade, de seu currículo, de suas métricas, de um “fazer-se notar” pelos colegas.

Uma postura “empreendedora” e proativa do pesquisador, nesse caso, associa-se positivamente ao domínio de expertises como escrever e executar projetos, delegar tarefas e confeccionar orçamentos, ainda que ela esteja fundamentada a partir de repertórios morais que embasam a construção de estereótipos dos quais trivialmente esses atores buscam se distanciar. Um exemplo seria o estereótipo de servidor público cuja conduta profissional típica se afasta desse registro “empreendedor”, associado frequentemente de forma jocosa à iniciativa privada — e, por conseguinte, distante do registro cívico de “bem público”. Os repertórios morais que fundamentam definições de “bem comum” são mobilizados a partir das múltiplas formas pelas quais os atores se investem situacionalmente (THÉVENOT, 1986). A composição do que genericamente denominamos identidade — servidor público, docente, pesquisador, cientista, empreendedor etc. —, neste sentido, não dá conta da operatividade desses atores ao tecer julgamentos sobre ordenamentos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) no espaço acadêmico.

O CONTROLE DO TEMPO DE TRABALHO POR MEIO DE RESULTADOS E CERTIFICAÇÕES OU COMO “EXISTIR” NO SISTEMA

A modelização da *cité* por projetos, elaborada por Boltanski e Chiapello em “O Novo Espírito do Capitalismo” (2009), nos parece elucidativa para analisar os repertórios

morais que embasam as falas dos pesquisadores com relação às exigências que encaram para construírem e se manterem numa atividade regular de pesquisa, assim como aquilo que classificam como “justo” e “correto” nesse âmbito. Ao tomar o capitalismo e as transformações que engendra nos moldes produtivos como bases morais que atravessaram outras esferas de trabalho, os autores identificaram na ideia de *projeto* uma nova concepção de trabalho que ensejou parâmetros igualmente novos de classificação de competências e capacidades a serem esperadas e cobradas dos profissionais. Em um modelo de trabalho permeado pela ideia de projeto, a *grandeza* mensuradora das competências dos atores é a *atividade* (idem, p.138), que se manifesta pela capacidade de estabelecimento constante de relações, na criação de elos e, portanto, na tessitura de redes.

Segundo Boltanski e Chiapello, o *projeto* tem íntima relação com um mundo conectado em redes, no qual tecnologias de informação tomam o papel de agentes estimuladores e amplificadores das conexões entre atores e, desse modo, da sucessão constante de trabalhos sob forma de projetos. Assim, nessa modelização proposta pelos autores, “a atividade tem em vista gerar projetos ou integrar-se em projetos gerados por outros”, de modo que o ator, “não tendo projeto, deixa de explorar as redes e está ameaçado de exclusão, ou seja, de morte num universo reticular, correndo o risco de não ter mais como se inserir em projetos e *deixar de existir*” (idem, p. 141-143, grifos meus).

A expressão destacada — “deixar de existir” — foi mobilizada por alguns interlocutores em seus discursos como representação do “destino” do pesquisador que não se adéqua aos parâmetros avaliativos das agências de fomento e rankings internacionais. A condição primeira para “existir” enquanto pesquisador, nesse caso, seria angariar recursos para suas pesquisas e, assim, gerar produtos — artigos, livros, orientações, cooperações internacionais etc. — que comprovem às agências financiadoras a “vantagem” de continuar “investindo” no seu trabalho. Para concorrer a esses recursos, por sua vez, é imprescindível que o pesquisador dedique uma quantidade considerável de tempo à elaboração e busca de parcerias para novos projetos.

Ao tomar como instrumento analítico o modelo da *vitê* por projetos proposto por Boltanski e Chiapello, argumento que outras formas de se explicitar (ou provar) o tempo de trabalho das pessoas foram tomando corpo nas últimas décadas, de modo que este foi sendo convertido cada vez mais em projetos — e em seus resultados. Argumento, também, que a capacidade de produzi-los tem como condição essencial a competência de criar conexões e expandir redes de colaborações. Essa forma de controle do tempo de trabalho

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

de pesquisa através de resultados e certificações só foi possível de se desenvolver com a estruturação e o estabelecimento de uma rede de vigilância mútua de pares, que foi reforçada e ampliada nos últimos anos com o advento de tecnologias de informação e a disseminação de aparatos avaliativos e indicadores de produtividade. Essa propagação de dispositivos humanos e não humanos de controle da conversão do tempo em trabalho por meio da confecção e envolvimento em projetos produz(1) a mudança da relação dessas pessoas com a gestão do seu tempo (CORDEIRO, 2013); (2) a extensão de uma rede de produção de reputações, classificações, comparações e acusações e, associada a ela, a crescente sensação de dívida por se produzir mais, que se apresenta de forma clara nas expressões mobilizadas nas falas acima transcritas (estar “sempre devendo alguma coisa”, “senso de dever”, “compromisso”, “prestar contas”). Desse modo, a cobrança por resultados, em um mundo conectado e agenciado por plataformas digitais, métricas e rankings, se opera mais pela chave do crédito e da dívida do que pelo confinamento (DELEUZE, 1992).

Outro aspecto importante presente nas falas dos interlocutores é a mobilização de uma narrativa baseada na ideia de esforço individual — que é destacado como o principal motivo de seus méritos e conquistas. Assim, a um discurso pautado numa moralidade de responsabilização ou *accountability*, é colocado como *continuum* outro de esforço no sentido de “sacrifício”, como uma maneira de compensar no plano do discurso a sensação de “endividamento” que lhes é colocada a todo o momento e explicitar que esse “sacrifício” não é comum a todos os colegas professores de universidade. Ao classificar a manutenção da regularidade dos financiamentos à pesquisa como um “empreendimento” do pesquisador, Diego deixa implícito que o feito é um esforço “extra” que ultrapassa as obrigações do professor universitário e, portanto, marca fundamentalmente a distinção que carrega o docente que pesquisa com regularidade.

Em outros depoimentos, essa narrativa do esforço individual toma uma dimensão acusatória ou defensiva do “outro” que “não trabalha o suficiente”. Ainda que parte dos interlocutores considere “natural” que alguns colegas não desenvolvam fôlego proativo de estar constantemente escrevendo e concorrendo a editais, executando pesquisas e publicando regularmente com o objetivo de manter financiamentos e bolsas — sobretudo no sentido de existir, de certo modo, uma “divisão de tarefas” na universidade, conforme exposto em linhas anteriores —, esta dimensão acusatória com relação aos docentes que não pesquisam com regularidade ou mesmo não pesquisam se reflete na explicitação do estereótipo do colega que “só dá aula”:

As pessoas têm que ter essa carreira aqui (de pesquisador), mas tem gente que nem essa carreira tem, viu? Tem gente que enrola... Eu tenho um colega que só dá aula. Ele não concorre a edital de pesquisa, ele não pesquisa nada, não está na pós, ele optou por ter uma vida feliz, é o direito dele. Ele não prejudica ninguém fazendo isso. (...) Na verdade, a carreira obriga você a ser pesquisador, né? Mas ele optou por isso e tudo bem, né? Mas, de maneira geral, quase todo mundo tem essa carreira de pesquisador. Todo mundo tem essa carreira *e aquela zero de professor*, que também é uma carreira. (BRUNO, 2017, grifos meus)

Em outras falas, a acusação que se reflete na mobilização do estereótipo do docente que “só dá aula” é associada a uma postura defensiva com relação a outras acusações que, de acordo com alguns interlocutores, são produzidas por colegas que não têm inserção regular na pesquisa e, portanto, muitas vezes desconhecem o funcionamento dos sistemas de financiamento. No trecho abaixo, Guilherme expõe seu incômodo com relação a acusações de “personalismo” nos processos avaliativos que partiriam de colegas que teriam “pouca iniciativa” ou “se esforçariam pouco” para captar recursos e fazer pesquisa, classificação semelhante à que Renato confere a colegas que, segundo ele, criticam o alto investimento público em seu núcleo de pesquisa. Outros pesquisadores assumem posturas defensivas com relação à adjetivação acusatória de “produtivistas”, que também partiriam de colegas que consideram “improdutivos”.

Quem está fora da casinha, quem está fora do sistema, reclama um pouco mais. Você já deve ter ouvido muito essa coisa de “são os mesmos que sempre ganham!”, “isso é tudo carta marcada!”, “é um recurso concentrado!”, né? As pessoas muitas vezes falam sem fazer força pra conquistar determinada coisa e também por falta de conhecimento de como funciona. Aí é muito melhor reclamar... É o que eu falo às vezes: falta sabedoria. Sabedoria que eu digo não é inteligência, é inteligência emocional. Conheço muitos desses reclamões que não vão a congresso. Onde você vai encontrar as pessoas? Onde você vai encontrar seus pares? Saber o que eles estão fazendo, conversar com eles? (GUILHERME, 2017)

[...] (eles) não querem ter esse esforço, esse trabalho todo que a gente tem. Porque nem todo mundo tem disposição pra isso. Muita gente não quer gastar essa energia, prefere gastar em outra coisa, ficar em casa, ir à praia, lendo, passeando, tirando férias, porque isso toma tempo. (RENATO, 2017)

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

O registro do esforço e mérito individuais, próprios de uma gramática individualista e liberal, se apresenta como chave tanto para a acusação que afirmam sofrer — de que suas conquistas sejam associadas a uma rede de favorecimentos pessoais e, portanto, desqualificadas e desmoralizadas — quanto para a reação a essas acusações por meio da desqualificação dos colegas em questão, ao classificá-los como “improdutivos” e ao considerarem que tal “improdutividade” resulta de uma “falta de esforço” individual e de disciplinar seu tempo e sua produtividade. É reforçada, neste sentido, a lógica de uma responsabilização mencionada anteriormente, à qual são associados atributos como proatividade, iniciativa e disciplina, que são considerados qualificadores de um “bom pesquisador” e condicionantes de seu sucesso na captação de recursos para suas pesquisas. Associada à “falta de esforço” individual que é atribuída aos colegas que não pesquisam regularmente, Guilherme menciona outro aspecto que explicaria a falta de iniciativa dessas pessoas em “se fazer notar”, que classifica como “falta de sabedoria” ou “inteligência emocional” resultantes de um desconhecimento ou não socialização considerada adequada acerca do funcionamento do sistema de ciência brasileiro⁸.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Pensar a inserção e a prática regular da pesquisa científica como aspecto distintivo na universidade requer identificar os quadros morais que permeiam as representações e condutas profissionais dos pesquisadores, e um dos caminhos adotados neste trabalho foi analisar o papel das agências financiadoras e seus critérios avaliativos enquanto dispositivos normalizadores de um ser cientista e de um fazer ciência. Mota (2017) toma as análises de Foucault acerca das instituições de controle, produtoras de disciplina na modernidade (2007), como instrumental analítico para refletir sobre os processos de normalização e internalização das normas no âmbito da regulação da ciência, que envolve a governança da avaliação da produtividade e da ética da pesquisa. De acordo com o antropólogo, este fenômeno de intensificação e difusão de dispositivos de normalização das condutas científicas produz discursos, moralidades e mecanismos de produção de identidades e se baseia numa “ética que reforça a visão de um indivíduo equipado a agir no mundo pelo canal da lógica da autonomia e da responsabilidade” (FOUCAULT, 2007, p. 8).

⁸ Um dos desdobramentos da pesquisa que deu origem a esse texto foi a análise sobre as percepções dos pesquisadores entrevistados acerca dos processos de socialização, aprendizados e adequações que envolvem o acesso e permanência no meio acadêmico (CUERVO, 2019). Em momento oportuno, pretendo desenvolver essas reflexões em outra publicação.

A análise dos discursos dos atores dessa pesquisa acerca de como conduzem e pensam suas carreiras aponta para uma gramática moral individualista calcada na responsabilização e na prestação de contas, que se manifesta numa autodisciplina e numa preocupação ampliada da gestão de sua carreira e de si. A essa gramática de responsabilização associa-se a ideia do mérito e esforço individuais, que a princípio funciona como produtora de distinção e classifica positivamente quem opera *competentemente* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) de acordo com este registro sua carreira na universidade.

Foucault (2007), ao investigar o fenômeno moderno da punição através da disciplina e como esta se difundiu entre diversas instituições, analisou que esse tipo de poder descentralizado funciona, sobretudo, como um dispositivo de vigilância e classificação das competências e aptidões dos indivíduos. Ao funcionar como um aparato de controle e classificação das condutas, o poder disciplinar produziria, ao mesmo tempo, homogeneização e distinção entre os indivíduos, recompensando as “boas condutas” através de promoções e gratificações (FOUCAULT, 2007, p. 151). Essa chave analítica nos auxilia a pensar de quais maneiras se operam a internalização do exercício de uma disciplina entre os pesquisadores — cuja operacionalização competente produz distinção — e como isso é difundido e reforçado no espaço da universidade através de agentes como as instituições de fomento à pesquisa, as grandes editoras científicas e as bases indexadoras de periódicos. Com essa chave podemos, também, pensar como a produção de um “dever ser” ou de um *ethos* científico, informado em certa medida por esses dispositivos normalizadores das condutas profissionais, supõe uma *governança de si* (FOUCAULT, 1997, p. 109-110), de seu tempo e sua produtividade.

Como ressonância a esse modelo de matriz liberal, fundamentado na disciplina e nos processos de normalização analisados por Foucault, há algumas décadas habitamos um mundo envolto em certificações, protocolos e medidas de desempenho, cuja tendência de uniformização ultrapassa fronteiras administrativas e formais dos Estados nacionais (FALCÃO; MOTA; CUERVO, 2021). Na esteira de uma demanda crescente por garantias e previsibilidade, há uma proliferação de agentes — ou *actantes*, no sentido de agência adotada por Bruno Latour (2001; 2012) — que se configuram numa rede múltipla e produzem efeitos mútuos: criam normas, estimulam comportamentos, engendram moralidades e produzem subjetividades. Para Latour, na leitura de Freire (2006, p.55), “ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas,

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc.”, ou seja, podem ser considerados atores aqueles que “produzem efeito na rede, que a modificam e são modificados por ela” (idem, p. 55). Entre esta rede heterogênea de agentes — além do elemento humano —, proliferam-se tecnologias de informação, bases de dados, rankings, indicadores de produtividade, editais, normas, agências financiadoras e seus “selos de excelência”. As tecnologias de informação, especificamente, atuam enquanto potentes disseminadoras destas normatividades e moralidades, ampliando um controle mútuo entre pares-pesquisadores e ensejando classificações, julgamentos e comparações permeados por uma complexa economia do prestígio e da reputação.

Para Deleuze (1992, p. 2-3), as *sociedades de controle* se operam por “máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores” e tem como um dos aspectos centrais o estado de “moratória ilimitada” dos indivíduos, cuja cobrança por disciplina não se opera mais pelo confinamento, mas pela dívida. Assim, a conformação de uma rede múltipla produz efeitos cada vez mais refinados e velozes ao engendrar comportamentos, valores e demandas no âmbito da pesquisa científica. A construção do reconhecimento e do prestígio é perpassada por uma sensação constante de falta, incompletude e insatisfação, que se dilui nas esferas mais íntimas da vida — especialmente, diante desse modelo de trabalho remoto imposto pelo contexto pandêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. (2009). O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1999). A Sociologia da Capacidade Crítica. Trad. Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo *The sociology of critical capacity*, *European Journal of Social Theory*. v. 2, n. 3.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (2020). A justificação. Sobre as economias de grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

BOURDIEU, Pierre. (1976). Le champ scientifique. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454#:~:text=Le%20champ%20scientifique%20comme%20syst%C3%A8me,comme%20capacit%C3%A9%20technique%20et%20comme.

BOURDIEU, Pierre. (2008). Os ritos de instituição. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas Linguísticas. São Paulo: Edusp.

CGEE. (2016). Mestres e doutores 2015 - Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 348p. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutores-2015>.

- CASTILHO, Sergio Ricardo; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.). (2014). *Antropologia das práticas de poder*. Rio de Janeiro: Contra Capa /Faperj.
- CORDEIRO, Marina de Carvalho. (2013). *Você tem tempo? Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea*. Tese de doutorado em Sociologia—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CUERVO, Gabriela de Lima. (2019). *Sociedade das competências: um estudo sobre circuitos de consagração acadêmicos e construção de reputação científica*. Tese de doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DELEUZE, Gilles. (1992). Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, p.219-226.
- FALCÃO, H. G.; MOTA; F. R.; CUERVO, G. L. (2021). O carteadado científico e a governança pela norma: uma análise antropológica sobre os procedimentos de avaliação da produção científica de pesquisadores e da ética em pesquisa no Brasil. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 52.
- FOUCAULT, Michel. (1997). Subjetividade e verdade. In: FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, Michel. (2007). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FREIRE, Leticia de Luna. (2006). Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p.46-65, janeiro-junho.
- LATOUR, Bruno. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC.
- LATOUR, Bruno. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador, Bauru: EDUFBA-EDUSC.
- MARTINS, Carlos Benedito. (2003). Balanço: o papel da Capes na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). *Capes 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC.
- MOTA, Fabio Reis. (2017). Prefácio. In: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida; CIANCONE, Regina de Barros (Orgs.). *Ética da informação: perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PELS, Peter. (2000). The trickster's dilemma: ethics and the technologies of the anthropological self. In: STRATHERN, Marilyn. *Audit Cultures: Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. European Association of Social Anthropologists. London and New York: Routledge.
- POWER, M. (1997). *The audit society — rituals of verification*. Oxford: Oxford University Press.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan. (2000). Coercive accountability: the rise of audit culture in higher education. In: STRATHERN, Marilyn. *Audit Cultures: Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. European Association of Social Anthropologists. London and New York: Routledge.

“A gente não trabalha por número de horas, mas por tarefas”: a condução de uma carreira acadêmica em um mundo de certificações e garantias

STRATHERN, Marilyn. (2000). Introduction: New accountabilities. In: STRATHERN, Marilyn. *Audit Cultures: Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. European Association of Social Anthropologists. London and New York: Routledge.

THÉVENOT, Laurent. (1986). Les investissements de forme. In: THÉVENOT, Laurent (Org.). *Conventions économiques*. Paris: CEE/PUF, p. 21-71.

UOL. (2021). Plataforma Lattes está fora do ar há 4 dias; há backup e bolsas não serão afetadas, diz CNPq. São Paulo: Fundação Padre Anchieta. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/32950_plataforma-lattes-esta-fora-do-ar-ha-4-dias-ha-backup-e-bolsas-nao-serao-afetadas-diz-cnpq.html.

Gabriela de Lima Cuervo

Doutora em Antropologia, pesquisadora vinculada ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), docente I de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc/RJ)